

Está se confirmando, portanto, a perspectiva aventada à época do plantio, de que em 2002 a comercialização do cereal não só deveria ser bem mais favorável do que em 2001, como também seria mais vantajosa que a da soja. No momento em que elaborávamos este artigo (início de maio), os preços ofertados aos produtores de Chapecó oscilavam na faixa dos R\$ 13,50/sc, ou seja, já eram 66% maiores que os de maio de 2001 e 17,8% superiores aos do mesmo mês de 2000 (Figura 5).

No atacado daquela mesma praça, os preços já haviam atingido no início de maio R\$ 15,70/sc, valor apenas 8% inferior ao do custo de importação. Esta aproximação, a queda do potencial das exportações, a perspectivas de que o consumo por parte da avicultura e da suinocultura possa vir a ser inferior ao inicialmente projetado e a possibilidade de aumento do uso de produtos substitutos do milho são fatores que poderão "frear" uma alta mais vigorosa dos preços internos.

Por isso, para que não se repita a frustração de comercialização registrada em 2000, há que se prestar muita atenção aos desdobramentos do mercado nos próximos meses. Vale lembrar que naquele ano (2000), em razão de projeções que apontavam para um quadro de suprimento muito apertado, ocorreu uma grande retenção de ofertas, com forte impacto inicial sobre os preços. A tendência altista, todavia, foi se revertendo em plena entressafra à medida que os consumidores, especialmente os grandes, foram encontrando fontes alternativas de suprimento, fato que forçou a "desova" dos estoques em um curto período de tempo e provocou forte pressão sobre os preços nos últimos meses do ano.

Simão Brugnago Neto, eng. agr., Instituto Cepa/SC, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3922, fax: (048) 334-2311, e-mail: brugnago@icepa.com.br.

A responsabilidade social do Pronaf na agricultura familiar catarinense

Djalma Rogério Guimarães, Carlos Nery R. Cavalheiro e Carlos Luiz Gandin

O marco histórico da agricultura familiar catarinense foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – Pronaf – como resposta do governo às reivindicações dos agricultores familiares organizados e às demandas dos movimentos sociais. Antes, o apoio à agricultura familiar estava ligado mais ao crédito e ao assistencialismo, principalmente no que diz respeito aos tradicionais subsídios. Hoje, isso mudou. Com o Pronaf, as ações são desenvolvidas de forma integrada, principalmente na formação e capacitação dos agricultores, promoção da cidadania, geração de trabalho e renda, organização comunitária, acesso ao crédito, gestão social, assistência técnica e extensão rural. Como se vê, o objetivo ainda é o mesmo, mas o Pronaf torna mais dinâmicos o desenvolvimento e o amadurecimento social da agricultura familiar.

Como um programa articulado e planejado entre o governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade (iniciativa privada), os beneficiários são sujeito e não objeto das ações. Os agricultores e os pescadores, juntamente com as suas famílias, são autores das suas próprias propostas de trabalho, e como participam ativamente do processo, diretamente ou indiretamente, através de seus representantes no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR –, com orientação, capacitação, acompanhamento e monitoramento, ganham auto-estima e saem da condição de passividade para acreditar nas mudanças e melhorias no meio em que vivem e lutar por elas.

Afinal, o desenvolvimento rural nunca poderá ser importado e muito menos copiado, pois depende da força local, principalmente da agricultura familiar. Neste contexto, o Pronaf busca, além do aumento da produção agropecuária, a melhoria das condições de vida do agricultor e do pescador, traduzidas pelo acesso a saúde, educação, lazer e cultura, transporte, habitação, respeito ao meio ambiente, aumento da oferta de emprego, geração de renda, exercício da cidadania e participação efetiva nos processos decisórios.

Participação nos processos decisórios

A participação dos agricultores na tomada de decisões é uma excelência em Santa Catarina. Nos municípios contemplados com o Pronaf/Infra-Estrutura, os CMDR já estão formados e consolidados com a participação média em cada conselho municipal de 22,7 membros. Nestes conselhos, mais de 67% são agricultores familiares ou seus representantes (líderes de comunidades rurais, entidades representativas, sindicatos, cooperativas, associações de agricultores, etc.), enquanto os representantes das prefeituras (prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, etc.) atingem menos de 15%; os do Estado (Epagri, Cidasc, bancos e outras instituições estaduais e federais), apenas 7% e os outros (CDL, comércio, igrejas, fumageiras, etc.), 11%. Esta excelência agora serve de modelo para outros Estados do país.

O Pronaf está comprometido com a responsabilidade social e goza de respeito e credibilidade junto à

sociedade como nunca em sua curta história. Apesar de recente, o programa ocupa um papel estratégico na luta contra as desigualdades da agricultura familiar. Seus benefícios crescem a cada dia e nunca se viram tantas atividades e resultados na agricultura familiar como ultimamente. A experiência é positiva e serve de exemplo. É uma vitória fantástica para a transformação da realidade da agricultura familiar. Por isso, é preciso divulgar este programa, identificar as fontes de recursos que o mantêm e suportam, apontar os pequenos sucessos que começam a mudar a agricultura familiar e expor os bons exemplos para multiplicar as experiências bem-sucedidas.

Suas linhas de ação reforçam os valores éticos do desenvolvimento rural sustentável, através de projetos voltados para a agricultura familiar, e se destacam em aspectos como a transparência nas relações entre os beneficiários do programa. Elas também tratam de zelar pelo meio ambiente e, com cuidados como esse, ampliam sua credibilidade. Como instrumento de política pública, o Pronaf está alavancando o desenvolvimento catarinense. O caminho é longo e as mudanças, difíceis e demoradas, mas o importante é que a agricultura familiar catarinense agora tem um rumo, com perspectivas de desenvolvimento contínuo.

Parcerias para as políticas públicas

Os cenários do meio rural apontam para o estabelecimento de ações voltadas à integração e formação de novas parcerias com o Pronaf, além de consolidar as já existentes no fortalecimento da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável. Afinal, esta integração contribui para efetivar a implementação de projetos com foco na inserção competitiva dos agricultores familiares no mercado.

Dentro deste contexto, o governo do Estado, principal parceiro do

Pronaf, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura – SDA – e de suas empresas vinculadas, vem desenvolvendo diversas ações conjuntas no estabelecimento de integração, cooperação e complementaridade, para identificar e priorizar os projetos passíveis de implementação com sustentabilidade. Neste particular, são citados como exemplos:

- as atividades conjuntas do Banco da Terra x o crédito rural do grupo A;

- a política de priorização de gênero – mulheres de agricultores e de pescadores artesanais x o crédito do grupo B ou microcrédito;

- o Fundo Garantidor de empréstimos x o crédito do grupo C;

- a capacitação x a profissionalização, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural da Epagri;

- a agroecologia x levantamento da produção e dos produtores de orgânicos pelo Instituto Ccpa/SC.

O crédito rural para o grupo A, por exemplo, constitui um importante instrumento de desenvolvimento social, por permitir que os beneficiários (agricultores recém-assentados) tenham as condições financeiras de implantar e desenvolver suas atividades produtivas na terra de que, com o apoio do Pronaf, tomam posse. Através da integração das ações com o Incra e o Banco da Terra, pretende-se avançar na criação e consolidação de novas iniciativas de geração de trabalho e renda, seguindo os princípios da descentralização e participação dos beneficiários. Trata-se de um modelo de democratização do acesso à terra e aos meios de produção com emancipação financeira dos assentados. Dentro deste novo enfoque da reforma agrária, ganha destaque a agricultura familiar, enfatizando-se uma política pública para o meio rural que prevê o emprego articulado do crédito, da terra e da infra-estrutura. Com a melhoria da qualidade de vida, as

famílias dos agricultores são integradas de forma autônoma, competitiva e efetiva à sociedade catarinense.

Em parceria com a Epagri, o projeto de inserção da população indígena da reserva de José Boiteux, no Alto Vale do Itajaí, composta de cinco aldeias, totalizando 1.300 habitantes, erradicou a pobreza e gerou trabalho e renda por meio da apicultura. Até então, as tribos, apesar da área favorável à apicultura, viviam da cultura extrativista, provocando o desmatamento da Mata Atlântica. A partir daí, porém, a reserva indígena passou a ter sua estrutura completa para produção, extração, processamento e comercialização do mel. Pelo seu valor nutritivo, o mel também melhorou a dieta das tribos, além de mudar a sua visão de vida, seu espaço na sociedade e suas perspectivas de futuro, sem mudar, entretanto, o mais importante: sua tradição e sua relação com a natureza.

Da mesma forma que a agricultura familiar, os pescadores artesanais também vêm passando por dificuldades. Ao todo são 30 mil famílias que vivem da pesca em Santa Catarina. Assim, o governo do Estado tem proporcionado apoio às colônias de pescadores de Santa Catarina, com vistas a negociar a inclusão dos pescadores artesanais como beneficiários do crédito do Pronaf e disponibilizar-lhes recursos para financiamento das suas atividades produtivas. A idéia prosperou e, até o momento, já foram beneficiadas aproximadamente 20 colônias de pescadores do litoral catarinense. Os recursos são utilizados em investimentos, como a aquisição e reforma de embarcações, motores, redes, bóias, e demais materiais para as atividades de pesca, mediante projetos elaborados pelos técnicos da Epagri.

Além disso, o Conselho Estadual do Pronaf, através da Secretaria Executiva, tem envidado todos os

esforços na busca de alternativas de trabalho e renda, através de associativismo, cooperativismo, condomínios, etc., para o atendimento das demandas das mulheres, com o objetivo de implantar uma política pública que vise promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre os gêneros. No que concerne ao atendimento dos agricultores familiares enquadrados no grupo B (microcrédito), diversas ações já foram implementadas, no sentido de contemplar Santa Catarina com esta linha de crédito. Com a viabilização do repasse dos recursos para os agricultores familiares enquadrados no grupo B pelo agente financeiro, o Estado de Santa Catarina tem garantido R\$ 5 milhões para as mulheres (agricultoras e pescadoras artesanais). Afinal, o objetivo é democratizar as relações sociais na agricultura familiar e garantir maior participação das mulheres em todas as ações.

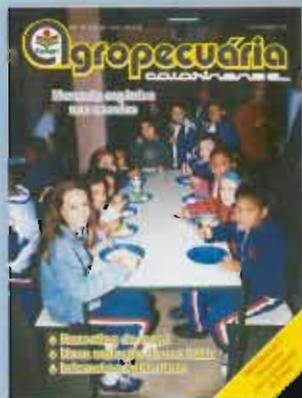
Considerações finais

Como se vê, a estratégia de desenvolvimento proposta pelo Pronaf tem como objetivo central a transformação da agricultura familiar. Ainda é preciso melhorar o planejamento e as políticas para aperfeiçoar sua eficiência, mas, com enfoque participativo no âmbito das comunidades, envolvendo beneficiários e parceiros responsáveis pelo processo decisório e executivo do programa, é possível torná-lo mais eficiente e eficaz.

Numa visão mais ampla, a mobilização das comunidades rurais organizadas consegue modificar estatísticas e melhorar os indicadores sociais. Embora ainda incapaz de acabar com a miséria, o Pronaf impulsiona o desenvolvimento, apoiando milhares de agricultores familiares. Esta é apenas uma semente lançada para esta tarefa. Cabe, assim,

dar prosseguimento à causa, conquistar parceiros, qualificar lideranças, estimular e fortalecer os projetos positivos que estão mudando o rumo de milhares de agricultores familiares em Santa Catarina.

Djalma Rogério Guimarães, eng. agr., M.Sc., Epagri/Pronaf/Instituto Cepa/SC, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3939, fax: (048) 334-2311, e-mail: pronaf@icepa.com.br; **Carlos Nery R. Cavalheiro**, eng. agr., M.Sc., Epagri/Pronaf/Infra-estrutura, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3905, fax: (048) 334-2311, e-mail: nery@epagri.rct-sc.br e **Carlos Luiz Gandin**, eng. agr., M.Sc., Epagri/Instituto Cepa/SC, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-3914, fax: (048) 334-2311, e-mail: clg@epagri.rct-sc.br.



Assine a revista **Agropecuária Catarinense – RAC** – e tenha informações precisas e seguras para o seu agronegócio. Seja assinante da mais completa e abrangente revista da agropecuária brasileira.

Como ser assinante da **Agropecuária Catarinense**?

É fácil. Basta preencher o cupom abaixo e escolher sua forma preferencial de pagamento.

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____



Revista **Agropecuária Catarinense – RAC**

Caixa Postal 502
88034-901 Florianópolis, SC
Fone: (048) 239-5595, fax: (048) 239-5597
E-mail: rac@epagri.rct-sc.br

- Cheque nominal à Epagri
- Depósito na conta Epagri nº 85020-9 do Banco do Brasil, Agência 3.191-7

É importante enviar, via fax, comprovante de depósito bancário à Epagri

Um ano: R\$ 15,00
Dois anos: R\$ 30,00
Três anos: R\$ 45,00

Preço da assinatura